



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE

PODER JUDICIÁRIO  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL - MOVIMENTAÇÃO MENSAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

SETEMBRO /2019 A AGOSTO /2020

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

Reais

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)												TOTAL (últimos 12 meses) (a)	Inscritas em Restos a Pagar Não Processados (b)
	LIQUIDADAS													
	2019/09	2019/10	2019/11	2019/12	2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	30.699.098,50	30.186.827,55	46.825.291,47	48.644.011,20	31.262.428,43	31.167.871,29	31.358.446,98	30.381.024,60	30.647.174,60	44.188.502,18	31.336.979,46	32.705.866,87	419.403.523,13	38.228,24
Pessoal Ativo	30.699.098,50	30.186.827,55	46.825.291,47	48.644.011,20	31.262.428,43	31.167.871,29	31.358.446,98	30.381.024,60	30.647.174,60	44.188.502,18	31.336.979,46	32.705.866,87	419.403.523,13	38.228,24
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	24.867.324,07	24.084.905,57	40.646.068,68	36.367.630,57	25.114.658,13	25.036.003,13	25.110.191,41	23.798.341,39	24.036.647,10	37.596.230,98	24.770.351,08	26.100.420,20	337.528.772,31	38.228,24
Obrigações Patronais	5.831.271,39	6.101.418,94	6.178.719,75	12.275.929,99	6.147.770,30	6.131.868,16	6.248.255,57	6.582.683,21	6.610.527,50	6.592.271,20	6.566.628,38	6.605.446,67	81.872.791,06	0,00
Benefícios Previdenciários	503,04	503,04	503,04	450,64	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.959,76	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (art. 18, § 1º da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art.19, § 1º da LRF) (II)	204.082,79	356.708,27	318.315,78	343.793,36	249.263,17	336.947,89	306.555,49	217.989,88	129.313,43	95.284,26	208.062,95	164.047,38	2.930.364,65	0,00
Indenizações por demissão e incentivos à demissão voluntária	106.069,93	124.325,69	141.004,68	166.482,26	137.058,46	238.561,24	235.631,05	147.065,44	58.388,99	44.964,91	172.600,73	128.585,16	1.700.738,54	0,00
Decorrentes de decisão judicial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de exercícios anteriores	98.012,86	232.382,58	177.311,10	177.311,10	112.204,71	98.386,65	70.924,44	70.924,44	70.924,44	50.319,35	35.462,22	35.462,22	1.229.626,11	0,00
Inativos e pensionistas com recursos vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	30.495.015,71	29.830.119,28	46.506.975,69	48.300.217,84	31.013.165,26	30.830.923,40	31.051.891,49	30.163.034,72	30.517.861,17	44.093.217,92	31.128.916,51	32.541.819,49	416.473.158,48	38.228,24

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

% SOBREA A RCL AJUSTADA

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	8.345.355.071,02	100,00 %
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	0,00	0,00 %
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF) (VI)	0,00	0,00 %
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI)	8.345.355.071,02	100,00 %
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III a + III b)	416.511.386,72	4,99 %
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	500.721.304,26	6,00 %
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	475.685.239,05	5,70 %
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	450.649.173,84	5,40 %

Notas Explicativas: Notas Explicativas: Por força da DECISÃO TC – 16779 PLENO, para fins de cálculo dos limites previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal de Despesa com Pessoal, o valor correspondente ao Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF, incidente sobre remuneração, subsídio e proventos dos servidores públicos Estaduais e Municipais não foi considerado no cômputo da receita corrente líquida e nem no somatório da despesa total com pessoal dos Poderes e Órgãos Públicos. O valor do IRRF foi deduzido dos vencimentos, vantagens e outras Despesas Variáveis dos meses de setembro, outubro, novembro e dezembro/2019, janeiro, fevereiro, março, abril, maio, junho e agosto/2020. Fonte: Sistema TROMA-SRP, Unidade Responsável TJ DE SERGIPE, Data da emissão 25 de Setembro de 2020 e hora da emissão 02h e 39m



Para visualizar o documento original, utilize um leitor de QR Code ou cópie e cole o endereço

<https://tjse.thema.inf.br/grp/acessoexterno/programaAcessoExterno.faces?codigo=670270>

no navegador de sua preferência e informe a chancela:

**BTQC.UYNQ.VHU8.WYLQ**

O documento somente terá validade após assinado eletronicamente.